



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CEILÂNDIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

JEFFERSON GABRIEL ALMEIDA DUARTE

**O BABADO PRECISA ACONTECER: EDUCAÇÃO SEXUAL
COMO FATOR PROTETIVO PARA LGBTQI+**

Brasília

2019

JEFFERSON GABRIEL ALMEIDA DUARTE

**O BABADO PRECISA ACONTECER: EDUCAÇÃO SEXUAL COMO
FATOR PROTETIVO PARA LGBTQI+**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília -Faculdade de Ceilândia como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Terapia Ocupacional.

**Professora Orientadora: Dr. Flávia Mazitelli de
Oliveira**

Brasília

2019

JEFFERSON GABRIEL ALMEIDA DUARTE

**O BABADO PRECISA ACONTECER: EDUCAÇÃO SEXUAL
COMO FATOR PROTETIVO PARA LGBTQI+**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade de Brasília -Faculdade de Ceilândia
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Terapia Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a) Flávia Mazitelli de Oliveira

Uguiarlem Guimarães

Faculdade de Ceilândia – Universidade de Brasília

Aprovado em:

Brasília, 05 de dezembro de 2019.

"Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?"

Libertação que não chegará pelo acaso, mas pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando revestida da falsa generosidade".

(Paulo Freire)

Agradeço ao grito enquanto tenho voz, a mim mesmo por SUSTentar dançar no caos; À força de meus mentores espirituais; pelo suporte da minha família e construção de uma base sólida. Ao acalento das palavras de minha orientadora Flávia Mazitelli; e a existência-potência de meus sábios amigos.

RESUMO

O presente estudo discute de maneira embasada nas teorias de Butler com os corpos rebeldes e abjetos á sociedade, bem como Foucault e as relações de poder e disciplinarização dos corpos que ainda estão relacionados á entaves para a inserção da Educação Sexual (ES) como medida protetiva pra LGBTQi+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis,) contexto escolar, visto que, compreende-se a escola como um potencial trans(formador) de sujeito, justifica-se criticamente também a estrutura social brasileira. Entende-se a falta de afinidade dos professores para com o tema e a necessidade de profissionais de saúde atuando de maneira colaborativa. Todos os 29 estudos analisados, identificaram a ES como medida protetiva, mas deixam claro a falta de preparo e legitimidade da temática, fazendo com que se questione os direitos a livre expressões de identidade de gênero e sexual, inferindo um enfraquecimento no estado democrático de direitos, bem como marginalização desses sujeitos.

Palavras chave: Educação Sexual, Escola, Diversidade Sexual e LGBTQi+

ABSTRACT

The present study discusses Butler's theories with rebel and abject bodies in society, as well as Foucault and the power relations and disciplinarization of bodies that are still related to barriers to the insertion of Sexual Education (ES) as a protective measure. for LGBTQi + (Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual, Transsexuals) school context, since school is understood as a potential trans (formative) subject, the Brazilian cisnormative social structure is also critically justified. It is understood the lack of affinity of teachers with the theme and the need for health professionals acting collaboratively. All 29 studies analyzed identified the SS as a protective measure, but make clear the lack of preparation and legitimacy of the theme, making it question the rights to free expressions of gender and sexual identity, inferring a weakening in the democratic state of rights. As well as marginalization of these subjects

Key-words: Sex Education, School, Sexual Diversity and LGBTQi +

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
1.1 NORMAS DE GÊNERO, CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SEXUALIDADES.....	5
2. JUSTIFICATIVA	8
3. OBJETIVO.....	9
3.1 OBJETIVOS GERAIS:	9
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	9
4. METODOLOGIA.....	10
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
7. REFERÊNCIAS.....	22

1. INTRODUÇÃO

O movimento de Lésbicas Gays Bissexuais Transgêneros, Queers e intersexos (LGBTQi+) no Brasil iniciou nos anos 1960–1970, época marcada politicamente pela ditadura militar. Apesar do regime ditatorial, houve um crescimento e maior visibilidade dos movimentos feministas e negros, incentivando, assim, o surgimento do primeiro grupo de afirmação homossexual, o Somos, de São Paulo (GREEN, 2000). O Somos representam uma das primeiras formas de associação de homossexuais no Brasil. Estes grupos figuravam-se como iniciativas para promover respeito e dignidade de indivíduos identificados como LGBTQi+ , para isso promoviam atividades como produção de pequenos jornais distribuídos em bares, fã-clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam (GREEN, 2000). Isto é um marco importante, pois configura-se em uma estratégia de apoio para LGBTQi+ em seu processo de negociação individual, familiar e social.

Justamente em função disso, a violência e homofobia é resultado da aparição e movimentação pública dos indivíduos LGBTQi+ ao levantar bandeiras. Homofobia vem do grego “semelhança” e “medo”, definindo assim sentimentos negativos em relação aos homossexuais, como aversão, ódio, desprezo, estendendo para atitudes mais excessivas como violência física, sexual, tortura, e até a morte. E essa aparição se dá por meio de manifestações de afeto entre pessoas do mesmo gênero, e expressões comportamentais as quais desviam do sistema binário que se define socialmente como masculino e feminino. De acordo com Rogério Diniz Junqueira (2017, v.1 n.1 *apud* LOURO, 2004, p. 28-9):

“a homofobia também opera por meio da atribuição de um “gênero defeituoso”, “falho”, “abjeto” às pessoas homossexuais. Assim, a homofobia “pode se expressar ainda numa espécie de ‘terror em relação à perda do gênero’, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher ‘reais’ ou ‘autênticos/as’”.

No Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, a pesquisa mais atual disponibilizada pela secretaria dos direitos humanos foi do ano de 2013, diante dessa análise de dados foram registradas 9,31 denúncias diárias de característica homofóbica, inferindo os direitos humanos, esse índice é bastante alto, reforçando a conclusão no que diz respeito a violência contra a população LGBTQi+ no Brasil , essa realidade exige a atenção de instâncias maiores, reforçando as políticas públicas na tentativa de solucionar tal problemática que a cada dia mata mais gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Na atualidade, a escola não é entendida somente como uma ferramenta de educação baseada na transmissão e construção do pensamento. Compreende-se como um contexto escolar que reproduz padrões sociais, coloniza concepções, valores, lugares sociais, o que traz uma implicação direta na construção de um sujeito social influenciado por corpos e identidades. (SANTOS, 2018)

Louro afirma a escola como um dos espaços mais complexos para homossexuais e Bissexuais (LOURO, 2001) e também para travestis e transexuais, levando em conta o recorte datadas em demandas e características sociais (SANTOS, 2018).

De acordo com uma pesquisa realizada em 2015 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 73% dos jovens de 13 a 21 anos que se identificam como LGBTQI+ sofreram agressões verbais na escola e 23% já sofreram agressões físicas. Os dados indicam também que 60% se sentem inseguros na escola devido sua orientação sexual/gênero. Além disso, 53,6% alegam nunca ter presenciado a intervenção de profissionais para solucionar os casos e 56,9% afirmam que a temática nunca foi abordada. (*Folha de São Paulo*, 2016)

Fazendo um recorte do contexto educacional no Brasil, a educação sexual deveria estar inserida no contexto escolar desde 1996, quando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto em 1997, o qual propõe abordar temas sociais, como a sexualidade, de maneira transversal em disciplinas curriculares diversas São fornecidos pelo governo federal às escolas de todo o território nacional, cadernos que apresentam os pressupostos norteadores a serem efetivados em projetos educativos nas salas de aula. (BRASIL, 2000).

A orientação sexual na escola, preconizada pelo PCN é entendida como uma atividade transversal, perpassando todos os níveis de ensino e disciplinas ou atividades escolares, já que se trata de uma questão inerente ao ser humano, construída coletiva e socialmente ao longo do seu desenvolvimento e moldada nas suas relações. Sendo assim, o documento orienta que a sexualidade deve ser trabalhada de duas formas: dentro da programação pedagógica, por meio de conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e em extra programação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema (BRASIL, 1998; PALMA et al., 2015)

Como propõe Maia (2010), a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o

combate à homofobia e à discriminação de gênero. Não obstante, deve considerar a subjetividade do sujeito e sua inserção cultural, baseando-se em propostas de liberdade para que cada ser exerça sua sexualidade sem uma verdade absoluta sobre concepções, atitudes e práticas.

1.1 NORMAS DE GÊNERO, CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E SEXUALIDADES

Desde os estudos de Sigmund Freud, um dos teóricos propulsores na discussão, onde desmistificou a sexualidade, é sabido que a sexualidade não é uma particularidade de adultos, já que está presente desde o seu nascimento. (FREUD, 1905)

No decorrer da evolução histórico-social, a humanidade e suas relações sofrem um emaranhado processo de construções identitárias na sexualidade humana, estabelecendo novas referências e levando em conta o paradigma no qual determina a construção social de gênero, o sexo biológico anatômico, problemáticas essas que trazem padrão heteronormativo que permeia o vértice das relações sociais (PETRY & MEYER, 2011).

Estas alterações são marcadas por uma ruptura parcial da relação entre gênero e sexualidade: onde o gênero era a realidade primária e determinante da posição de cada um no espaço social, dividindo a Humanidade entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, a autonomização da sexualidade vem criar novas categorias de pessoas, definidas pelas suas práticas sexuais e, em particular, pelo objecto do seu desejo.

Assim contextualizando, as compreensões das vivências de sexualidade estão estreitamente relacionadas às representações de gênero e identidades, ou seja, a heteronormatividade - a atração erótica pelo outro sexo (BRANDÃO, 2008).

Importando salientar que, ao nascer, impõe-se um gênero sobre uma vida recém-nascida, juntamente com todas as informações necessárias de identificação social, uma decisão predestinada e generalizada do indivíduo, essa é a perspectiva de um corpo gendrado, relacionado à sua biologia. Este processo impõe um limite num contexto delineado em apenas dois modos possíveis – o homem e a mulher - binaridade de gênero, baseado em questões biológicas reforçadas no que denonima-se cisnormativo. Esse padrão cisnormativo é frequentemente confrontado com novas configurações de entendimento pessoal do ser (BUTLER, 2013).

Segundo Borba (2009), nos encontramos numa realidade em que as sociedades são caracterizadas pelo crescimento demasiado de identidades e entende-se que, há uma falha no processo de pertencimento e ser identitário, com recorte pontual de pessoas que não se reconhecem no padrão designado.

Partindo desse pressuposto, concebe-se um processo pelo qual as diferenciações sexuais dos corpos caracterizados pelo gênero, se contextualizam dentro de práticas e papéis ocupacionais, somados a fazeres culturais que assumem significados durante uma vida (para homens e mulheres). Tal imposição implica em um formato pré-estabelecido ao indicar construções sociais ignorando a singularidade do ser humano, determinando atores sociais direcionados (LANZ, 2015).

Nas nossas sociedades, a heterossexualidade constitui o modelo dominante em termos de desejo e conduta sexuais e um elemento fulcral de definição da feminilidade e da masculinidade. Como uma parte da definição do gênero inclui o desejo pelo outro sexo, o desejo homo-erótico surge como infracção às fronteiras de gênero na medida em que põe em causa a crença numa atracção exclusiva, “natural” e “naturalmente” determinada entre homens e mulheres. (BRANDÃO, 2008, p.2)

E tem como objetivo problematizar as tecnologias pelos quais esses elementos operam e ganham ressonância na vida cotidiana de seres que não correspondem a esse espectro (BENTO, 2017).

Pode-se entender então que o gênero é uma construção social. Ele é inserido através de um meio passivo, o corpo – fazendo um recorte sócio-político-cultural, exclusivamente, o sexo; assim o gênero está para a cultura como o sexo está para a natureza (SILVA, 2015). Ou seja, o gênero é cultural, demarcado por construções sociais, já o sexo é demarcado pelo “natural”, os órgãos genitais. Não se entende o gênero com um “feito”, mas sim como um “fazer” (BRANDÃO, 2008).

A delimitação dessas categorias torna-se problemática na medida em que toda uma pluralidade humana e complexos processos de subjetivação são marginalizados dentro das possibilidades de existência. Foucault (1999) fala claramente sobre a disciplina e imposições sobre esses corpos, entrando num estado que Foucault chama de manifestação de biopoder, onde se compreende a hierarquia das identidades de gênero, quanto mais não se encaixa no padrão, mais a margem da sociedade.

Quando o indivíduo se reconhece numa identidade, é como se auto afirmasse socialmente e automaticamente pertencesse a uma lógica de grupo social referencia. Lhe é atribuída uma identidade de gênero vinculada ao sistema biológico, mais especificamente, os genitais e construções sociais padronizadas, no qual há limitações em questões de orientação, expressão e gênero, e contraposição de valores sociais e morais da sociedade. (LOURO, 2001).

Ainda dentro do processo de discernimento de sexo/gênero, contrapõe a visão biológica para com o corpo, no qual é definido por órgãos, para se dedicar sobre um contexto que contemple o meio social como uma questão primordial no processo da construção das identidades dos sujeitos. Portanto, questiona a influência do pênis e da vagina na construção de toda uma categoria identitária permanente, hipoteticamente adequada, impulsionando os corpos a reproduzi-las. “*Esses corpos rebeldes, que não se adaptam ao sistema*” (BUTLER, 2002), produzem sujeitos que vivenciam zonas de marginalidade, o que está intimamente ligado com a questão social, condenando formas de existir e promovendo desigualdade social.

O conceito de desigualdade não foi por muito tempo referido nas ideologias dominantes que direcionavam o mundo na maneira de agir, pensar e acreditar em cada momento histórico. No período do Renascimento, em meados do século XIV, tal conceito passa a ser utilizado devido às publicações de autores humanistas, como o inglês Thomas Morus, que o inovaram, abordando questões que partiam da dissolução do modo de produção feudal e a ascensão do capitalismo. Entretanto, foi no período da Revolução Industrial que a desigualdade social deixou de ser vista como algo natural, aceitável e até mesmo inalterável, devido, em grande parte, às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels (CASTELO BRANCO, 2006).

2. JUSTIFICATIVA

O presente estudo surge de uma curiosidade do autor, homossexual participante de militância a favor de minorias, sobre a autopercepção de indivíduos sobre a sociedade de forma integral e como essas singularidades se constroem a fim de elencar através de perspectivas as satisfações e sentimentos mediante a ocupação estudente em contexto escolar na adolescência; escola.

A Terapia Ocupacional é curso baseado na ciência da ocupação humana, com a carga histórica que contrapõe os padrões sociais e entendimentos pessoal do ser, priorizando a singularidade do indivíduo visando ampliação e manutenção do seu modo (co)existir.

Assim contextualizado, a terapia ocupacional dialoga com diferentes áreas de saberes, como as Ciências Sociais, visando, desse modo, o enfrentamento das mais diversas formas de discriminação sofridas por diferentes grupos populacionais (REIS, 2008) e, de acordo com Malfitano (2005), o campo dessa área de conhecimento é composto pelos núcleos: da justiça, cultura, saúde, habitação, assistência social, educação, entre outros.

Como afirma Leite (2017) onde fez um estudo sobre a travestilidade e transexualidade, com um recorte na inserção da perspectiva de gênero dentro currículo da academia de Terapia Ocupacional e encontrou dificuldades no suporte teórico e prático, e afirma o quanto a profissão pode contribuir significativamente na assistência a demandas específicas e gerais da população que vivencia a diversidade de gênero.

“É relevante considerar, além do gênero e da sexualidade como marcadores sociais da diferença, a interseccionalidade que reforça as dinâmicas de marginalização desses sujeitos, tais como raça, geração, etnia, religião, classe social, entre outros.” (DE MELO, 2016)

“O termo responsabilidade é muito utilizado como um instrumento repressivo [...] impõe a culpa [...] impedindo que os jovens possam assumir a verdadeira responsabilidade de estarem juntos em uma inter-relação segura do ponto de vista da saúde sexual, com troca recíproca de amor e prazer” (Brêtas & Silva, 2005, p. 329).

3. OBJETIVO

3.1 OBJETIVOS GERAIS:

Compreender a importância da educação sexual para um processo de (re) construção social, visando relacionar a importância dessa ferramenta como um mecanismo protetivo para a população LGBTQi+

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar se a educação sexual é protetiva para população LGBTQi+
- Analisar as principais temáticas abordadas pelas pesquisas em educação sexual nas escolas e sua relação com a proteção da população LGBTQi+.
- Descrever problemáticas encontradas na prática baseada em evidências encontradas na trajetória da inserção da ES.

4. METODOLOGIA

Uma revisão integrativa de literatura foi realizada para investigar o estado da percepção e inserção acerca dessa temática. Optou-se pela revisão integrativa por ser um método que reúne a literatura empírica ou teórica sobre um determinado fenômeno ou problema de saúde, apresentando-o de forma abrangente, podendo contribuir não apenas para o desenvolvimento teórico, mas também apresentando as lacunas que precisam ser supridas com futuros estudos, além de dar suporte para a tomada de decisão e para a melhoria da prática clínica, bem como para o desenvolvimento de políticas específicas (WHITTEMORE & KNAFL, 2005)

As etapas do método de revisão integrativa da literatura sugeridas por Whittemore e Knafl (2005), quais sejam, identificação do problema, busca da literatura, avaliação dos dados, análise dos dados, foram seguidas. A busca por literatura foi realizada a partir dos artigos publicados nas bases de dados SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e, usando os seguintes descritores: educação sexual *AND* escola.

Foram três os critérios de inclusão: textos disponíveis na íntegra, artigos na línguas portuguesa e localizados no Brasil, artigos que abordassem o tema Educação Sexual com recorte em LGBTQI+, diversidade sexual, gênero ou assunto relacionados à orientação sexual. Como critérios de exclusão estavam aqueles que, apesar de abordarem a educação sexual, restringiam-se a sexualidades e identidades hegemônicas na sociedade contemporânea e revisões de literatura. Com recorte temporal datados nos últimos 5 anos.

Foram encontrados 40 artigos pela SciELO e 119 artigos pela BVS, resultando em 159 artigos. Todos os títulos e resumos foram lidos aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão. Após essa etapa, sete artigos foram selecionados e, após a leitura dos textos, apenas 29 artigos permaneceram na pesquisa. Em seguida à leitura dos artigos na íntegra, os mesmos foram distribuídos por estarem inseridos nas escolas ou não, quanto ao tipo de abordagem do estudo e quanto ao público focado. Concluída essa fase, iniciou-se o processo de classificação dos artigos quanto às categorias. Na Tabela 1 é possível visualizar a amostra inicial de cada busca, bem como o número de publicações excluídas de acordo com os critérios adotados.

Tabela 1 Número de publicações excluídas por critérios na revisão integrativa:

Descritores: Educação sexual <i>AND</i> escola	BVS	SciELO	Total
Amostra Inicial	119	40	159
Trabalhos excluídos por não fazerem recorte em diversidade sexual e critérios	104	22	32
Trabalhos repetidos	2		30
Sem possibilidade de leitura na íntegra	1		
Amostra final		29	

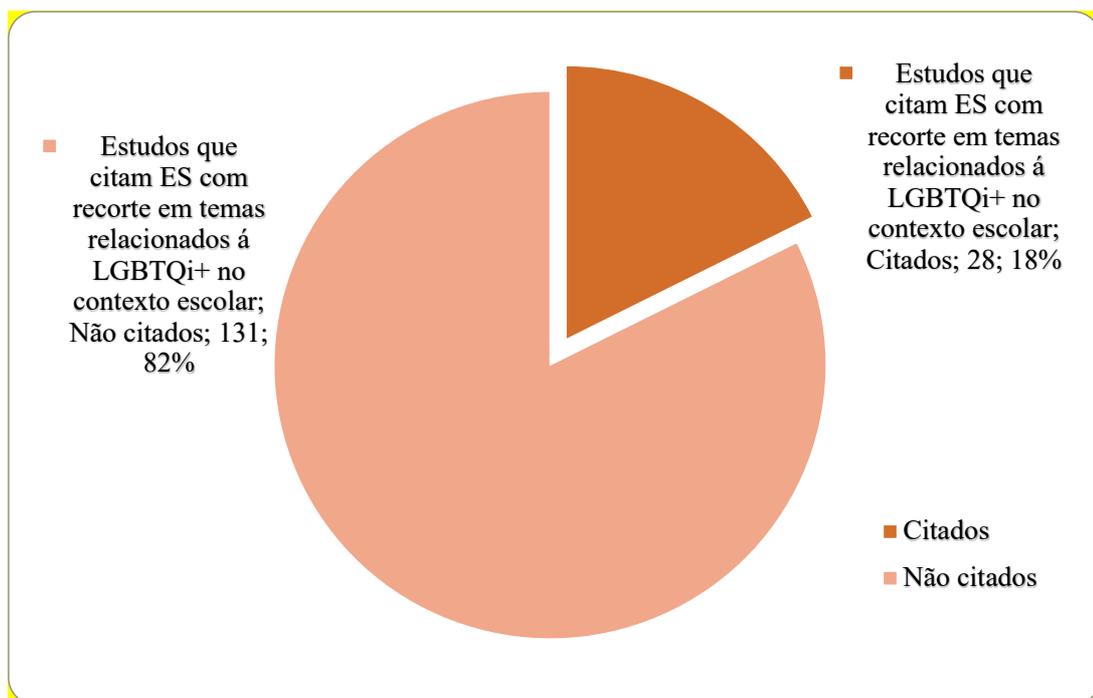
Fonte: Elaborado pelo Autor

O estudo encontra-se devidamente adequado às normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sem que haja quaisquer riscos ao pesquisador e ao público pesquisado. Segundo a resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Pesquisa Saúde, não há necessidade de ser submetida ao sistema CEP/CONEP as pesquisas que, segundo seu artigo 1º, dentre outros aspectos, “utilize informações de domínio público” e “pesquisa realizada exclusivamente com textos científicos para revisão da literatura científica” (BRASIL, 2016, p. 2)

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do pressuposto de que os recortes foram feitos através de programas inseridos que fazem um delineado das produções voltadas a temática de orientação sexual no contexto escolar, entendendo como, a despeito de não abordarem, restringiam-se a sexualidades e identidades hegemônicas na sociedade contemporânea e revisões de literatura, importa salientar que da análise de 159 literaturas que trazem a Educação Sexual nas escolas, entende-se que 29 inserem a temática voltada á população LGBTQi+, conforme *gráfico 1* em porcentagem:

Gráfico 1 - Estudos que citam ES com temas relacionados á LGBTQi+ no contexto escolar



Dentre os 29 artigos selecionados para uma análise mais detalhada, encontram-se 6 artigos que não estão inseridos no campo físico das escolas, mas abordaram a temática LGBTQi+ em pesquisas baseadas em debates públicos, internet, jornais, revistas, novas formas de governmentação e a perspectiva dos pais frente ao assunto. Nota-se que os artigos estão relacionados á discursos na internet, jornais, revistas, blogs e debates políticos que abordam o tema da discussão de gênero e sexualidades dentro das escolas, todos os artigos citados se configuram na afirmação da ES como uma medida protetiva, bem como ainda citam mecanismos e atores sociais específicos como um fator que interfere diretamente de

maneira negativa na inserção e criando protagonismo desnecessário para a relevância do tema. (LEITE, 2019; BORGES, 2018; BRANDÃO 2018; CESAR, 2017)

Borges (2018) cita as condições que possibilitaram as supressões de diretrizes sobre questões de gênero, identidade de gênero e orientação sexual dos planos estadual e municipal de educação, são baseados em pânico moral sobre a possível ideologia de gênero¹, no Rio Grande do Sul e da sua capital, Porto Alegre.

Ao pesquisar sobre argumentos acionados em controvérsias públicas, ligadas a bancada religiosa Leite (2019) afirma uma fricção entre moralidades com as relações de gênero e sexualidade, além do que, critica a frase utilizada "Em defesa das crianças e da família". Em explanação, refere a infância e a adolescência como pontos estratégicos para refletir sobre os processos de transformação por que passa a política sexual brasileira.

Cesar (2017) complementa esses estudos em "Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios" , no qual abarca a necessidade do não juízo de valor em questões acerca do pânico moral, afirmando também, uma disputa pelo estabelecimento de novas formas de governo do corpo e desejo.

Como designa as teorias de Foucault, se enquadram e manifestam-se as relações de biopoder sobre a população LGBTQi+. Entende-se os fatores de gênero e sexualidade, como um fator dimensionado através de moralidades e mitos. Com isso, nos deparamos com ao discutir a possibilidade da enfermagem no assunto de ES em uma pesquisa com pais de adolescentes e crianças. A mesma relata a dificuldade e despreparo dos pais em lidar com a temática, revelando que a maioria dos pais entrevistados nunca abordou a temática em suas conversas com os filhos. Referência essa, que infere ao autor a hipótese da realidade situada em grande maioria das famílias brasileiras, tal como a negligência desses assuntos abordados em ambiente familiar (NERY, 2015).

Como confirma Brandão (2018) a necessidade de se atravessar às barreiras sobre gênero e sexualidade, afirmando também, as influências sociais religiosas e de matrizes

¹ “Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos”. (REIS; EGGERT, 2017, p.12)

conservadoras como um fator de impedimento para o êxito da ES e da garantia de um estado democrático de direitos no Brasil.

Já Sabatine (2018), faz-se a consideração em cima dos conteúdos e matérias do curso - abarcando apenas em uma aula a temática de orientação sexual. Este estudo analisa a estratégia de formação continuada dos servidores da Secretaria de Estado da Educação do estado de São Paulo, por meio do curso “Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea” O curso parte do princípio de direitos humanos e leis que regem a temática para a população LGBTQi+, as temáticas transversais.

Com isso, a pesquisa chega há um dado de 22 artigos inseridos na perspectiva escolar, situado em escola, sendo desperta curiosidade sobre a quantidade de artigos que trazem o professor como público alvo da pesquisa:

Entende-se em pesquisa a dificuldade dos professores ao realizar de maneira transversal a discussão da sexualidade, identificando uma maior responsabilidade como único aplicador possível, os mitos acerca do professor, onde traz uma fala pertinente em sua amostra de dados conforme pode ser observado:

[...] a dificuldade é a seguinte: de repente, um aluno tem uma dúvida do assunto de Ciências ou Biologia, um texto de Língua Portuguesa ou problema de Matemática, ele tem essa dúvida de sexualidade, ou do próprio sexo, enfim. O professor não se sente preparado para trabalhar um conceito em cima disso (G4) (NOTAFTH, 2014, p.4).

É preciso compreender que inserir essas temáticas em sala de aula depende de uma disposição pessoal advinda dos professores para assumir uma luta social na afirmação de igualdade de direitos. Encontra-se uma luz nas entrevistas com 12 professores de ciências do Ensino Fundamental, nas quais constata-se a contribuição ofertada pelo curso do Projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE)², no qual traz a capacitação o empoderamento sociocultural de professores para com as identidades sexuais e de gênero, levando os mesmos ao fator exponencial para a inserção do conteúdo transversal no material pedagógico

² O curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) é uma experiência inédita de formação de profissionais de educação à distância nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. É resultado de uma articulação inicial entre diversos ministérios do Governo Brasileiro (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), British Council (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (HEILBORN, 2009)

(SOARES, 2019). Como afirma Pinheiro (2017) professores entendem essa temática como um conteúdo delicado, muitas vezes agindo por fugas.

“Não utilizo nenhuma [estratégia de ensino], pois não abordo o tema (P15).

Até onde eu sei a escola não trabalha a educação sexual (P17).

Não fazemos essa abordagem, não sei como começar (P11)”

(PINHEIRO, 201, p.5).

Bem como, Zuge traz também em pesquisa e percepção com educadores quanto à efetivação da transversalidade dos temas impostos em PCN:

“[...] isso é complicado, igual te falei, é um solo que eu nunca pisei, entendeu? Eu nem sei como eu abordaria isso [...]. Não me vejo preparada para entrar nesse solo [risos], [vê a necessidade] de ser orientada a como falar, como fazer, como conduzi-los [...]. (E3) [...] muitas vezes os professores não estão preparados para trabalhar essas questões em sala de aula, ou muitas vezes deixam só para a biologia trabalhar, ligado somente a questão sexual, biológica e a gente sabe que a orientação sexual não é somente vinculada a questão biológica. Seria uma construção social, e às vezes ela é podada, não é trabalhada. Os professores vão precisar se capacitar para isso. (E10) [...] em parte por estar começando a minha carreira como professor efetivo há pouco tempo, eu me sinto um pouco inibido ainda, acho que a sexualidade acabou sendo muito banalizada no nosso contexto, os jovens perderam a dimensão do real significado do que seria o ato sexual, não é tudo aquilo puramente mecânico, instintivo, fíz e pronto, tem uma série de consequências [...]. (E11)” (ZUGE, 2016, p.3)

Ao analisar os discursos dos alunos e professores, levantando a hipótese da distribuição de preservativos masculinos no contexto escolar para fomentar discussões. se encontram discursos pautados em heteronormatividade e na lacuna existente entre os professores e alunos no que se refere a temática. Já os alunos não compreendem a intenção da temática voltada a diversidade sexual (RUSSO e ARREGUY, 2015).

Identificou-se também, apesar da falta de preparação, o interesse dos professores Contrapondo, Vieira (2017) também observou ao pesquisar sobre a percepção dos professores acerca da ES, que a maioria dos professores apresenta uma ótica centrada ao modelo biológico, mas também há professores que entendem a lógica quanto a concepção de sexualidade, bem como seus princípios de direitos humanos e liberdade de expressão..

Machado (2016) traz de forma pontual a influência da ditadura e pós ditadura com a relação da disciplina de Educação física, onde os focos estavam relacionados á disciplinarização de corpos, conforme sua literatura estudada, assumindo uma prática sexista para as possibilidades do corpo. Ressalta a necessidade do profissional de Educação Física a entender sua função no processo de articulação e disseminação do conhecimento de forma

mais abrangente e crítica, tornando o estudante homossexual parte visível do processo pedagógico, evidenciando a escola como um potencial de transformação.

Garcia (2018) faz um estudo descritivo e qualitativo, problematizando como se constituíam as relações de gênero e sexualidades em quatro episódios situados nas aulas de Educação Física, ressaltando conteúdo explícito de violência de caráter homofóbico com alunos e performances que não se adequavam aos padrões cisnormativos - e negligência dos professores, colaborando com a presença e manutenção dos atos.

Eles demarcaram a necessidade de mais igualdade entre homens e mulheres, com liberdade de concepção da vida para ambos e direito à experiência livre de preconceitos. As narrativas dos adolescentes apontam que são necessárias ações que permitam desconstruir binômios como prazer/dor, presente/passado, reprodução/sexualidade, heterossexualidade/homossexualidade. O binarismo é um sistema excludente, desigual, impositivo, com hegemonia do sexo masculino, subordinação das mulheres, construído através de um longo processo de socialização, que envolve vários agentes como a família, a escola e a sociedade (MATOS, 2017, p.7)

. Ainda no campo da Educação Física, Franco (2016) ao realizar análise sobre argumentos e a vivência nas fronteiras do gênero - travestis, transexuais e transgêneros -, sujeitos de uma pesquisa de doutorado em Educação realizada no período de 2010 a 2014, vale ressaltar que é voltada para professoras baseados na sua vida escolar e as mesmas reforçam a disciplina como um marco de violência. Encontram-se fatores excludentes de várias formas; silenciamento negação de direitos, violência verbal, moral e física.

Essas incisões voltadas ao recorte da disciplina de Educação Física referem a uma reflexão sobre o que ainda se reproduz nas escolas e de que forma ainda permanecem espaços violentos que se estruturam em cisnormatividade, aniquilando possibilidades do coexistir em expressão das individualidades, onde Butler definiria como um espaço que reforça o corpo abjeto à sociedade. E ferindo os direitos de ir e vir, livre de expressões, ainda assumindo uma demanda de época ditatorial brasileira, problemáticas existentes desde que o movimento LGBTQTi+ foi iniciado, em meados de 1960-1970 (GREEN, 2000).

Em pesquisa de abordagem qualitativa sobre a percepção dos alunos de educação infantil, CIRIBELLI (2019) afirma a escola como propulsora das construções de sentido sobre gênero e sexualidade, ao mesmo tempo, contrapõe como um local que reforça normatividades. Importante salientar que as atividades previstas no PCN, orientadas a serem aplicadas de

maneira transversal incluem a diversidade sexual como eixo norteador. Nota-se, portanto, grande negligência por parte dos aplicadores.

Pessoa (2017) traz a potencialidade com o ensino de línguas e possibilidades para mobilização sobre questões de gênero. Em seu relato, especificamente a vivência com a língua inglesa, nota-se que quando se protagoniza a subjetificação e a socialização, fortalece-se não só o inglês, como todas as pessoas que usam essa língua e a sociedade de forma integral.

Ao realizar uma pesquisa sobre posturas e estratégias sobre educação sexual e reprodutiva em sala de aula na Bahia, Bringel (2016) encontra resultados satisfatórios quanto à relação dos professores com a inserção da ES, entretanto, ao se analisar minuciosamente o estudo, nota-se que há apenas uma citação voltada a orientação sexual. Tal fato pode indicar que a ES foi um fator que foi excluído da abordagem pelos professores por negação.

Se temos a escola como um grande aliado pra romper as barreiras que impedem a ES de forma efetiva, bem como, entendemos o potencial transformador desse contexto, faz-se necessário refletir:

Quando Silva (2014) analisa discursos propostos numa escola acerca da diversidade num curso de educação à distância, fazem-se presentes relatos dos conflitos encontrados relacionando mais uma vez a inabilidade de professores quando ao tema e também famílias, alunos e outros. Assim, complementando, faz-se necessária a problematização da ausência de preparo na graduação, carência de capacitações e da ausência de um contexto interdisciplinar (ZUGE, 2016). O que compreende como uma medida para as problemáticas acerca do professor como um garantidor desses direitos e domínio da ES.

Nos estudos realizados por docentes e discentes de terapia ocupacional, em oficina de promoção a saúde sexual e reprodutiva, através de discussões baseadas em jogos educativos, situa-se falas pertinentes quanto a relação de gênero e orientação sexual, entendendo a escola ainda como um símbolo de violência, da mesma forma que, priva sujeitos até a interações sociais.

"A pessoa ter um filho e ele se tornar homossexual é algo abominável (P11)"

“Uma menina [homossexual] está tudo bem, mas um menino não. Porque um menino não vai ter vergonha de andar com uma lésbica, mas com um gay o povo vai ficar falando (P12).”

(VASCONCELOS, 2016, p.7-8)

Ferreira (2019) ao relatar experiência através da implementação de oficinas de saúde e sexualidade por residentes de medicina e equipes de estratégia de saúde da família, nota-se participação ativa e interesse dos adolescentes acerca das temáticas, de forma generalizada, abordando a orientação sexual em uma aula.

Ainda sobre percepção de alunos, numa pesquisa de Machado (2016) durante implementação de um projeto de educação em saúde, é interessante notar a fala dos alunos em torno da negação de direitos, no sentido de que eles são privados do direito, não é considerada a sua "voz" e a fidedignidade às suas vontades na formulação de políticas públicas.

Em relato de experiência com implantação de oficina voltada ao enfrentamento da homofobia, Mongiovi recebe a seguinte devolutiva:

Os participantes descreveram a experiência como “muito boa” e “ótima”, afirmada também como um “bom projeto de conscientização social”, capaz de promover a “quebra de barreira em relação ao diferente” e “um novo olhar para o próximo”, como forma de exercício do respeito às diferenças, a construção de uma postura de cidadania e empatia. Nas respostas afirmaram-se a importância da aprendizagem sobre o tema, bem como uma maior abertura à discussão sobre diversidade sexual na escola, enquanto conteúdo de interesse geral e da vivência dos adolescentes. (MONGIOVI p.6, 2018)

Ao identificar apenas artigos e revistas relacionados a saúde que discorrem sobre o tema, percebe-se o interesse das áreas biológicas e sente-se falta da ótica da pedagogia sobre o assunto.

Ferreira (2019) ressalta a importância da Estratégia de Equipe da Saúde e Família e Escola para questões de ES. Num relato de experiência descrito por Mongiovi (2018), traz uma intervenção educativa em saúde aplicada no modelo de oficina para as questões de enfrentamento da homofobia. Discute-se justamente a necessidade e importância com ênfase na intersetorialidade para formação em saúde integral e cidadã, bem como importância para diminuição de vulnerabilidades e inserção do tema dentro das escolas.

Em concordância, a ES ainda se encontra no âmbito das idéias, partindo do sentido obrigatório preconizado pelos PCN, e faltando legitimação.

A intersetorialidade para o trabalho de educação sexual parece transitar no campo das ideias, amarrada aos discursos. Apesar de iniciativas governamentais a estimularem, essas perspectivas não têm dado conta da complexidade que envolve sua legitimação. É necessário que novas estratégias para o trabalho da educação sexual sejam discutidas. (PINHEIRO, p.15, 2017)

Campos (2017) questiona os direitos humanos, saúde e cidadania sexual quando apresenta uma pesquisa sobre saúde sexual de adolescentes de uma escola, bem como encontra precariedade de vida, iniquidades de gênero, silenciamentos, negação de direitos sexuais, informações qualificadas quanto a essa população.

No qual traz a percepção dos educadores em sua pesquisa qualitativa a essa inserção de outros profissionais a cerca dessa temática, conforme falas a seguir:

“[...] trazer pessoas para explicar para os adolescentes, eu penso que deveria ter mais, por causa de todas as informações que tem. Então, eu penso que deveriam ter mais, no sentido de atender o que eles querem saber. (E1) [...] acho interessante, por que estou na sala todos os dias, então vir alguém de fora, uma pessoa diferente, até para eles perguntarem, ficar mais a vontade, eu acredito que seria bom [...], alguém que traga todos os métodos [anticoncepcionais e de prevenção], para eles verem, visualizarem. Também, tipo a camisinha feminina, com que se usa, explicar para eles, por que eu entendo, assim, por cima, não sou aquela pessoa especialista, para chegar ali e explicar tudo certinho[...]. (E4) Acho que também poderia vir pessoas, para dar palestras, pessoas mais habilitadas, da área da saúde para responder as dúvidas [...]. (E8)” (ZUGE, 2016 p.3)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se encontram muitos entraves para a ES de fato estar presente dentro das escolas, e também nota-se, que o originário desse problema social estruturado dentro da sociedade, só não se dissolve por serem sustentadas por construções morais, religiosas e em relações de poder. Assumindo um caráter falho na legitimação de leis e diretrizes brasileiras já existente, tal como PCN. Provoca-se também, o quanto as fricções e barreiras sobre as disputas de modos de (re) conhecimento para com os corpos pelo estado em contemporaneidade.

Ainda assim, faz-se necessário em todos os estudos analisados, a Educação Sexual, no sentido de efetivação de capacitação dos professores, inserção da intersetorialidade em saúde, bem como deixar intrínsecos valores de cidadania, direitos humanos, dentro das escolas.

São necessárias não somente políticas públicas voltadas a inserção da Educação Sexual como um mecanismo de proteção para população LGBTQi+, bem como uma capacitação para aplicadores responsáveis no sentido de se entender a demanda e uma formação mais fidedigna à ética, tal como exclusão de juízo de valor pessoal para com atitudes profissionais, contribuindo para desconstrução de mitos e valores que causam sofrimento e injustiça social, . Dentro desses processos, se questiona o estado democrático de direitos, ao considerar esses corpos abjetos ao sistema, no sentido da reflexão sobre o acesso á cidadania, tal como o entendimento das diferenças a serem respeitadas e promovidas, não utilizadas como critério de exclusão social e política.

É necessário estabelecer métodos que facilitem a aproximação e o diálogo com o adolescente para auxiliá-lo e incentivá-lo a construir seus próprios entendimentos acerca da sexualidade, em seu sentido mais amplo, como parte integrante do seu ser. Salienta-se também, sobre a incidência de artigos que pontuam exclusivamente a disciplina de Educação Física como um marcador pontual e exponencial que reitera violência, quando tratado o recorte LGBTQi+ e para com padrões hegemônicos.

Encontra-se um grande número de artigos que incitam, conclusivamente, a presença da área da saúde no contexto escolar para abordar esse tema como uma abordagem intersetorial em promoção a saúde. (NOTHAFT, 2014; NERY, 2015). Ao refletir sobre essa lógica, indaga-se a relação com um modelo biológico, tal como a relação da educação sexual para com professores de biologia/ciências. Bem como a ausência das ciências pedagógicas.

Foi encontrado apenas um artigo que faz recorte na população LGBTQi+, mais especificamente, uma pessoa trans. Sendo necessário mais pesquisas e produções teóricas, bem como leis e políticas públicas voltadas a essa população que mais sofre com incompreensão e ofensivas antigênero, delineando-se em zonas de vulnerabilidade social. (FRANCO, 2016)

Afirmo ainda, baseado nessa pesquisa, para a sociedade brasileira como um todo e para a legitimidade do estado democrático de direitos, a ES como um recurso-potência e essencial para o contexto escolar, bem como a estruturação conceitual e políticos fundamental para ampliação da performance dos mesmos. Necessitando, vencer as disputas com os padrões heteronormativos e relações patriarcais de biopoder.

Assim consumando, além dos resultados considerarem a ES como protetiva de fato, reitera-se a primordialidade da feitura da mesma. Como também, a enunciação das problemáticas que não deixam o babado acontecer.

7. REFERÊNCIAS

_____. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: < <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

_____.BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de **Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Rio de Janeiro: DP & A, 2000. v.10.

_____.BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** EdUFBA, 2017.

BORBA, Rodrigo. **Discurso e (trans)identidades: interação, intersubjetividade e acesso à prevenção de DST/AIDS entre travestis.** *Rev. bras. linguist. apl.* [online]. 2009.

BORGES, RAFAELA OLIVEIRA; BORGES, ZULMIRA NEWLANDS. **Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas.** *Rev. Bras. Educ.,* Rio de Janeiro , v. 23, e230039, 2018 .

BRANDAO, Ana Maria. Dissidência sexual, gênero e identidade. In: **Mundos sociais: saberes e práticas.** 2008.

BRANDAO, Elaine Reis; LOPES, Rebecca Faray Ferreira. **“Não é competência do professor ser sexólogo” O debate público sobre gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação.** *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.,* Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 100-123, Apr. 2018 .

BRÊTAS, J.R.S.; SILVA, C.V. Orientação sexual para adolescentes: relato de experiência. *Revista Acta Paulista de Enfermagem,* São Paulo, v.18, n.3, p.326- 333, jul./set. 2005.

BUTLER, J. *Gender trouble: Feminism and the Subversion of Identity.* New York: Routledge (Taylor & Francis e-Library edition). 2002.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2013. (Sujeito e História).

CAMPOS, Helena Maria et al . **Diálogos com adolescentes sobre direitos sexuais na escola pública: intervenções educativas emancipatórias!**. *Pesqui. prá. psicossociais*, São João del-Rei , v. 13, n. 3, p. 1-16, set. 2018 .

CAMPOS, Helena Maria et al . **Direitos humanos, cidadania sexual e promoção de saúde: diálogos de saberes entre pesquisadores e adolescentes**. *Saúde debate*, Rio de Janeiro , v. 41, n. 113, p. 658-669, Apr. 2017 .

CASTELO BRANCO, R. A **“questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 181p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. **Governmento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios**. *Educ. rev.*, Curitiba , n. 66, p. 141-155, Dec. 2017 .

CIRIBELLI, Carlos José de Moura; RASERA, Emerson Fernando. **Construções de Sentido sobre a Diversidade Sexual: Outro Olhar para a Educação Infantil**. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 39, e175599, 2019.

DE MELO, Késia Maria Maximiano. *Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer:(re) pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade/Social Occupational Therapy, transgender and Queer Theory:(re) thinking normative conceptions based in gender and sexualities*. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 24, n. 1, 2016.

FERRARI, Anderson. **Experiência homossexual no contexto escolar**. *Educ. rev.*, Curitiba , n. spe-1, p. 101-116, 2014 .

Ferreira IG, Piazza M, Souza D. **Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública**. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. 2019

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 13. ed. Graal, 1999.

FRANCO, Neil. **A Educação Física como território de demarcação dos gêneros possíveis: vivências escolares de pessoas travestis, transexuais e transgêneros.** *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 47-66, maio 2016.

FREUD, Sigmund. **A sexualidade infantil.** *Tresensayos sobre una teoría sexual*, 1905.

GARCIA, Rafael Marques; BRITO, Leandro Teofilo de. **PERFORMATIZAÇÕES QUEER NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR.** *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, Porto Alegre, p. 1321-1334, jan. 2019.

GREEN, James. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabíola. **Gênero e Diversidade na Escola: a ampliação do debate.** *Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.* Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro : CEPESC; Brasília : SPM, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas – Estudo Gays: gênero e sexualidades.* Rio Grande do Norte. v. 11, n. 16, 2017.

LANZ, L. . **O SEXO, O GÊNERO E AS PESSOAS TRANSGÊNERAS** *Rev. Diversidade e Educação*, v. 5, n. 1, p. 13-23, jan./jun. 2017..

LANZ, Leticia. **O corpo da roupa: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros.** 2ª. ed. Curitiba: Transgente, 2015.

LEITE JR, J. D.; LOPES, R. E. **Travestilidade, transexualidade e demandas para a formação de terapeutas ocupacionais.** *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 481-496, 2017

LEITE, Vanessa. **“Em defesa das crianças e da família”:** **Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade.** *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro , n. 32, p. 119-142, Aug. 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Aline. **Identidade de gênero e suas implicações sobre a sexualidade na perspectiva de professores de Educação Física.** Motrivivência (Florianópolis) ; 28(48): 360-375, set. 2016.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual.** PsicopedagogiaOn Line, 2010.

MALFITANO, A. P. S. **Campos e núcleos de intervenção na Ocupacional Social.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 16, n. 1, p.1-8. Jan./Abr., 2005.

MONGIOVI, Vita Guimarães et al. **Health education in schools to deal with homophobia.** Journal of Nursing UFPE on line, [S.l.], v. 12, n. 6, p. 1817-1823, june 2018.

NERY, Inez Sampaio et al . **Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes.** Acta paul. enferm., São Paulo , v. 28, n. 3, p. 287-292, June 2015 .

NEVES, André. **Projetos de igualdade de direitos às pessoas LGBT: significados das/os professoras/es sobre o seu protagonismo** Estud. pesqui. psicol. (Impr.)Manaus v. 18, n. 2 (2018)

NOTHAFT, Simone Cristine dos Santos et al. **Sexualidade do adolescente no discurso de educadores: possibilidades para práticas educativas.** Revista Mineira de Enfermagem, v. 18, n. 2, p. 284-294, 2014.

OLIVEIRA, Rebeca Nunes Guedes de; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. **Amor e violência em jogo: descortinando as relações afetivo-sexuais entre jovens à luz de gênero.** Interface (Botucatu), Botucatu , v. 23, e180354, 2019 .

PALMA, YáskaraArrial; PIASON, Aline da Silva; MANSO, Almudena Garcia; STREY, Marlene Neves. **Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil.** *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 3, p. 727-738, 2015.

PESSOA, Rosane Rocha; HOELZLE, Maria José. **ENSINO DE LÍNGUAS COMO PALCO DE POLÍTICA LINGUÍSTICA: MOBILIZAÇÃO DE REPERTÓRIOS SOBRE GÊNERO**,. *Trab. linguist. apl.*, Campinas , v. 56, n. 3, p. 781-800, Dec. 2017 .

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, p. 193-198, 2011.

PINHEIRO, Aldrin de Sousa; SILVA, Lucia Rejane Gomes da; TOURINHO, Maria Berenice Alho da Costa. **A ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA PERSPECTIVA DE INTERSETORIALIDADE**. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro , v. 15, n. 3, p. 803-822, Dec. 2017 .

REIS, T. A. M. **A terapia ocupacional social: análise da produção científica do estado de São Paulo**. 2008. 92 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. IDEOLOGIA DE GÊNERO: UMA FALÁCIA CONSTRUÍDA SOBRE OS PLANOS DE EDUCAÇÃO BRASILEIROS. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 38, n. 138, p. 9-26, Jan. 2017 .

RUSSO, Kalline; ARREGUY, Marília Etienne. **Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar**. *Physis*, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 501-523, June 2015 .

SABATINE; Tiago. **Incursões sobre uma política de formação de educadores no Estado de São Paulo: o curso "Gênero, Sexualidade e Diversidade Sexual: desafios para a escola contemporânea"** *Diversidade Sexual e de Gênero*. – vol. 19, n. 2 – dez. 2018.

SALDAÑA, Paulo. **73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa**. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml>

SANTOS, Ana Carolina Drehmer et al . **Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da**

Sexualidade na Adolescência. Rev. bras. educ. med., Brasília , v. 43, n. 4, p. 193-199, Dec. 2019 .

SANTOS, Émerson Silva; LAGE, Allene Carvalho. **LGBTFOBIA NA ESCOLA: IMPLICAÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR.** Revista Fórum Identidades, [S.l.], maio 2018.

Secretaria de Direitos Humanos. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2013.* Disponível em: < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf> >. Data de acesso: 22/11/2019.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. **Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância.** Educ. rev., Curitiba , n. spe-1, p. 135-151, 2014 .

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. **Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios.** Educ. rev., Curitiba , v. 35, n. 73, p. 287-305, Feb. 2019 .

VASCONCELOS, Anna Carolina de Sena e et al . **Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva.** Saude soc., São Paulo , v. 25, n. 1, p. 186-197, Mar. 2016 .

VIEIRA, PRISCILA MUGNAI; MATSUKURA, THELMA SIMÕES. **Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 22, n. 69, p. 453-474, June 2017 .

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of advanced nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.